



A GESTÃO DO EMPREENDIMENTO RURAL: ASPECTOS CONTÁBEIS E FINANCEIROS BÁSICOS.

Autor: Verônica Cerqueira de Araujo

Orientador: Weriton Azevedo Soroldoni

Curso: Administração Período: 8º Área de Pesquisa: Administração Rural

Resumo: A cafeicultura é importante para a economia brasileira e por isso as propriedades produtoras devem deixar de lado o comodismo, acompanhar as tendências, se especializar e sobressair no mercado. O objetivo principal deste artigo é evidenciar a administração financeira das propriedades cafeeiras e para tal utilizou-se das abordagens qualitativa e quantitativa por meio da pesquisa descritiva, de um estudo de caso e um levantamento em propriedades de pequeno e médio porte situadas no Córrego dos Cristinos, em Luisburgo (MG) que tem por atividade principal a produção de café. Verificou-se que os produtores não utilizam ferramentas da administração rural para os processos de tomada de decisão e por consequência não obtém o crescimento desejado para o seguimento sendo que através destas é possível avaliar quão rentável é a atividade realizada em suas propriedades garantindo a sustentabilidade dos negócios e das famílias no campo.

Palavras-chave: Produção Cafeeira. Administração Rural. Produtor Rural.

1. INTRODUÇÃO

De acordo com a Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC, 2016), o Brasil é o maior produtor e exportador de café no mundo, tendo sido responsável por 30,13% da produção no ano de 2015, possuindo aproximadamente 287 mil produtores, sendo que em 2013 o Estado de Minas Gerais era o maior parque cafeeiro do país com um total de 693.617 pés de café em formação e 3.198.098 pés de café produzindo. A produção cafeeira gera atualmente 08 milhões de empregos no país com base em informações do Ministério de Agricultura (2015).

Dada a importância do segmento para a economia do país, a propriedade do cafeicultor deixou de ser encarada apenas como fornecedor do café cru assumindo a postura de um negócio rural que necessita ser bem administrado para sobressair no mercado competitivo, onde o produtor deve adequar-se às transformações sofridas pelo setor com vistas à garantia da sobrevivência da família e de sua propriedade.

A aplicação das ferramentas da administração rural auxilia o produtor no processo de tomada de decisão já que apresenta informações capazes de minimizar os riscos e maximizar os lucros a partir do planejamento que se desdobra em metas a serem alcançadas, controle dos custos, acompanhamento dos processos produtivos, necessidade de investimentos e captação de mão de obra.

Diante do exposto, essa pesquisa buscou responder o seguinte questionamento: Como se processa a gestão financeira das propriedades cafeeiras? Para tal utilizou-se das abordagens qualitativa e quantitativa por meio da pesquisa descritiva, de um estudo de caso e um levantamento em propriedades de pequeno e médio porte situadas no Córrego dos Cristinos, em Luisburgo (MG) que tem por atividade principal a produção de café.

O objetivo principal deste artigo foi evidenciar como se processa a gestão financeira das propriedades cafeeiras do Córrego dos Cristinos. Já os objetivos específicos trabalhados foram: caracterizar a gestão do produtor rural apontando os resultados por ele obtidos bem como as falhas existentes no processo; identificar as dificuldades do produtor para gerir a propriedade; ressaltar a importância da gestão financeira na atividade cafeeira.

Nesse contexto, a escolha do tema justificou-se pela necessidade de uma gestão eficaz que possa garantir resultados positivos para o produtor rural e por consequência manter a disponibilidade de emprego e renda para as famílias do campo e da cidade que dependem da atividade cafeeira para sua manutenção. No campo acadêmico vislumbrou caminhar por possibilidades de inserção do administrador ou contador como profissional capacitado a prestar serviços aos produtores rurais.

Na fundamentação foram abordados conceitos inerentes ao agronegócio brasileiro, a atividade e ao empreendedor rural, ao trabalhador rural e eventual, a contabilidade na administração rural e a gestão de custos que se relacionam a administração do empreendimento rural.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. O agronegócio do café no Brasil

Agronegócio ou *agrobusiness* se refere “aos negócios (*business*) que apresentam alguma relação com a atividade agropecuária” (MARION, 1996, p. 71), podendo ainda ser definido como:

o conjunto de todas as operações e transações envolvidas desde a fabricação dos insumos agropecuários, das operações de produção nas unidades agropecuárias, até o processamento e distribuição e consumo dos produtos agropecuários “*in natura*” ou industrializados (ARAÚJO, 2003, p. 28).

Dentro desse contexto de agronegócio, o café assume posição de destaque no Brasil tendo sido a fonte dos financiamentos da industrialização e desenvolvimento nacional no século 20 (WEDEKIN; CASTRO, 1999).

Em janeiro de 2016 “foi registrado um incremento de 1,5% na comparação com o mesmo mês de 2015 e de 0,8% em relação a janeiro/2016, mantendo uma média de exportação para o período de 2,8 milhões de sacas nos últimos três anos” (CECAFÉ, 2016). São aproximadamente 03 milhões de empregos diretos provenientes da cultura cafeeira no Brasil atualmente, o que representa uma receita de cerca de R\$ 5 milhões (ABIC, 2009).

Mesmo diante da ascensão desta atividade econômica nos últimos anos, uma das características da cafeicultura é a ausência de uma política de preços, colocando assim o produtor dependente do preço praticado no mercado para negociar seu produto (NUINTIN, 2007).

Nepomuceno (2004, p. 118) identifica como atividades rurais:

[...] a extração e a exploração vegetal e animal; a exploração da apicultura, avicultura, cunicultura, suinocultura, sericultura, piscicultura e outras culturas animais; a transformação de produtos decorrentes da atividade rural, sem que sejam alteradas a composição e as características do produto *in natura*, feita pelo próprio agricultor ou criador, com equipamentos e utensílios usualmente empregados nas atividades rurais, utilizando exclusivamente matéria-prima produzida na área rural explorada; o cultivo de florestas que se destinem ao corte para comercialização, consumo ou industrialização.

No Brasil, quem possui terras, tem riquezas e *status* e isso se deve ao fato do país ter um histórico predominantemente rural (PRADO, 2006). Apesar de todo processo industrial que o país passou, a agricultura continua desempenhando papel de extrema importância no desenvolvimento nacional (CREPALDI, 1998), e “a maioria das empresas rurais estruturam-se sob a forma familiar” (MARION, 1996, p. 30), onde o produtor que é responsável por gerenciar a propriedade.

A empresa rural pode ser compreendida como unidade de produção que visa atender uma comunidade ampla através da junção de capital, mão de obra, terras e técnicas para melhorar o desempenho com finalidade econômica (ANCELES, 2001). Nesse mesmo sentido Marion (2000, p. 22), define empresas rurais como sendo “aquelas que exploram a capacidade produtiva do solo por meio do cultivo da terra, da criação de animais e da transformação de determinados produtos agrícolas”.

Segundo Crepaldi (2005), dentro da empresa rural, o agricultor tem limitado sua atuação, dedicando-se a uma ou duas atividades vindo especializar-se com vistas à melhoria do produto que oferta e conseqüentemente alcançando um preço melhor no que produz. Conforme Araújo (2007, p. 15), “as propriedades rurais cada dia mais perdem sua auto-suficiência, necessitam de infra-estruturas, conquistam mercados, enfrentam a globalização e a internacionalização da economia”.

2.2. Contabilidade Rural

Costa *et. al.* (2004), definem a contabilidade como um importante instrumento que auxilia e serve de base para administração moderna principalmente quando envolve processos decisórios já que, as ferramentas contábeis, possibilitam identificar, mensurar e registrar os eventos econômicos que afetam o patrimônio da organização, possibilitando ainda analisar o mesmo.

Segundo Favero *et. al.*, (1997, p. 13), “a contabilidade tem por finalidade analisar, interpretar e registrar os fenômenos que ocorrem nos patrimônios de pessoas físicas e jurídicas”, assim na contabilidade, “a informação é um produto de análise dos dados existentes na empresa [...] dentro de um contexto para transmitir conhecimento e permitir a tomada de decisão de forma otimizada” (OLIVEIRA, 2001 p. 36).

As mudanças nos processos contábeis no Brasil têm levado à prática de um novo modelo contábil nas empresas rurais (MARION, 2012), onde:

O uso da informação contábil torna-se, imprescindível no momento da tomada de decisão econômico-financeira, pois tem o papel de registrar os eventos operacionais da gestão que servirão de base ao controle e à formatação dos passos seguintes, que funcionam como indicadores dos rumos a serem seguidos, como também mostra os virtuais resultados traçados em cenários que projetam o futuro. (FRANCISCHETTI JR., 2010, p. 5).

As informações contábeis, dentro dos empreendimentos rurais, são geradas a partir do ramo da contabilidade denominado Contabilidade Rural. Calderelli (2003, p. 180), relata que a Contabilidade Rural se orienta a partir dos registros e controle de atos e fatos praticados e ocorridos na empresa rural.

Segundo Alves e Teixeira (2005), na gestão da produção rural há uma necessidade contínua de tomar decisões, e a qualidade desse processo se relaciona às características das informações disponíveis quando necessárias permitindo a disponibilidade de conteúdos contábeis capazes de dar garantias de sucesso ao se tomar decisões.

Crepaldi (1998, p. 76), descreve as finalidades da Contabilidade Rural como sendo:

- Orientar as operações agrícolas e pecuárias;
- Medir o desempenho econômico-financeiro da empresa e de cada atividade produtiva individualmente;
- Controlar as transações financeiras;
- Apoiar as tomadas de decisões no planejamento da produção, das vendas e dos investimentos;
- Auxiliar as projeções de fluxos de caixa e necessidades de crédito;
- Permitir a comparação da *performance* da empresa no tempo e desta com outras empresas;
- Conduzir as despesas pessoais do proprietário e de sua família;
- Justificar a liquidez e a capacidade de pagamento da empresa junto aos agentes financeiros e outros credores;
- Servir de base para seguros, arrendamentos e outros contratos;
- Gerar informações para a declaração do Imposto de Renda.

A contabilidade é pouco utilizada pelos produtores dada sua complexidade e baixo retorno percebido pelos mesmos, além da falta de dados consistentes e reais por parte dos produtores para alimentar as ferramentas contábeis (CREPALDI, 2005). Nessa mesma linha de raciocínio, Marion (1996, p. 19), relata que “muitas das informações necessárias são registradas apenas na memória de quem administra ou em anotações informais”. Assim, frente a essa realidade, Soares, Moura e Borba (2013, p. 55), orientam que:

[...] toda entidade bem assessorada, apresenta melhor desempenho. Numa entidade rural, tal premissa também é verdadeira. Se os proprietários rurais utilizassem mais as ferramentas da Contabilidade Rural, poderiam ter melhores resultados.

Crepaldi (1998, p. 76), descreve por fim que a “finalidade da contabilidade rural é de orientar as operações agrícolas e pecuárias; medir e controlar o desempenho econômico financeiro da empresa e de cada atividade produtiva individualmente”.

Os dispositivos legais que tratam da obrigatoriedade de elaboração da escrituração contábil das empresas dispensam o produtor rural dessa obrigação como consta na Lei 10.406/02 (CÓDIGO CIVIL, 2002), em seu Art. 970 citando que “a lei assegurará tratamento favorecido, diferenciado e simplificado ao empresário rural e ao pequeno empresário, quanto à inscrição e aos efeitos daí decorrentes”. Nesse sentido a atividade agrícola nacional permanece na forma de pessoa física já que é menos oneroso que a jurídica propiciando vantagens aos produtores de ordens fiscais (RATKO, 2008).

De acordo com Marion (2005), para fins de imposto de renda, os pequenos e médios produtores rurais não necessitam fazer escrituração dos livros contábeis, podendo registrar apenas as receitas brutas comprovadas por documentos em um livro de caixa deduzindo as despesas de custeio e os investimentos indispensáveis à atividade.

Assim, orienta-se que o produtor rural mantenha um controle permanente de seu empreendimento a fim de nortear as atividades rurais com base nos dados obtidos a partir desse controle (RATKO, 2008), e assim “ter ferramentas para descrever financeiramente a atividade em andamento e evidenciar seu desempenho (MARION, 1996, p. 20).

São inúmeros os conceitos que envolvem a contabilidade rural fazendo-se necessário abordar alguns destes:

- Custos x despesas: na contabilidade custos e despesas se diferem quanto a sua origem, onde Custos são os gastos que podem ser identificados de forma direta ou indiretamente com a cultura, como adubos, depreciação de máquinas, compra de sementes e, despesas são os gastos que não podem ser identificados com a cultura, ou seja, os que não podem ser acumulados no estoque como, por exemplo, as despesas de vendas, administrativas e financeiras (CIVIERO, 2010).
- Ativos Biológicos: de acordo com Marion (2012), os ativos biológicos se relacionam a tudo que nasce, cresce e morre como no caso das culturas temporárias e permanentes, bem como os animais. E nessa mesma linha de raciocínio tem-se que os ativos biológicos são os dotados de vida que sofrem alterações com o passar do tempo dada sua evolução sujeitos às flutuações nos preços (BRITO, 2010).
- Culturas Permanentes: consideram-se culturas permanentes as que “duram mais de um ano e proporcionam mais de uma colheita e estão vinculadas ao solo”

(CIVIERO, 2010, p. 25). Para Anceles (2002), a cultura permanente possibilita mais de uma colheita sem a necessidade de replantio necessitando apenas do cuidado entre as safras. No caso de culturas permanentes, os custos necessários para a formação da cultura serão considerados Ativo Permanente – Imobilizado. Os principais custos são “adubação, formicidas, forragem, fungicidas, herbicidas, mão de obra, encargos sociais, manutenção, arrendamento de equipamentos e terras, seguro da cultura, preparo do solo, serviços de terceiros, sementes, mudas, irrigação, produtos químicos, depreciação de equipamentos utilizados na cultura etc.” (MARION, 1999, p. 39). Nessa conta é acrescentado o gasto de beneficiamento ou acondicionamento, se houver. À medida que os produtos agrícolas forem vendidos e o respectivo custo transferido da conta “Produtos Agrícolas” para a conta “Custo do Produto Vendido”, sempre discriminando o tipo da plantação, haverá a confrontação da Receita e do Custo do Produto Vendido, apurando-se o Lucro Bruto (COSTA, LIBONATI e RODRIGUES, 2004, p. 08).

- Exercício Social x Ano Agrícola: diferente das demais empresas, o exercício social não se finda em dezembro nas atividades agropecuárias, sendo que no caso, respeita-se o ciclo de produção da atividade principal da empresa rural sendo este ciclo produtivo denominado ano agrícola ou ano safra, como ressaltam Camargo *et al.* (2010), que é o período onde ocorre a maior concentração da receita na atividade rural, ou seja, logo após a colheita (CIVIERO, 2010). Marion (2010, p. 4), salienta que “[...] ano-agrícola é o período em que se planta, colhe e, normalmente, comercializa a safra agrícola”. Sendo assim, “fazer-se a apuração dos resultados antes da colheita, com a cultura em formação, seria quase impossível determinar com probidade o valor econômico desta cultura” (CIVIERO, 2010, p. 23).
- Balanço Patrimonial (BP): a compreensão de Ratko (2008), sobre a definição de Balanço Patrimonial é a mesma defendida por Crepaldi (2009, p. 81), que o trata como sendo “um demonstrativo contábil que, em dado momento, apresenta uma forma sintética e ordenada das contas patrimoniais, agrupadas de acordo com a natureza dos bens, direitos ou obrigações que representam.” De acordo com Marion (2010), é através das informações contidas no Balanço Patrimonial que se é possível avaliar a situação patrimonial da empresa bem como as consequências dessas para os diversos aspectos que envolvem a atividade.
- Demonstração do Resultado do Exercício (DRE): a movimentação das contas é demonstrada de forma detalhada através da DRE, onde as receitas são confrontadas com as despesas para que seja possível saber a resultante do exercício, ou seja, se houve lucro líquido ou prejuízo líquido do exercício (RATKO, 2008).
- Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC): Crepaldi (2012), relata que o fluxo de caixa é uma importante ferramenta de controle gerencial a ser realizada diariamente, sendo esta extraída do Balanço Patrimonial e da DRE. Para Marion (2005, p. 225), a DFC é “um instrumento importante para analisar a ligação entre o saldo de caixa líquido evidenciado no BP e o Lucro Líquido, obtido por meio do regime de competência, e ainda é caracterizada pela sua simplicidade e eficácia”.

Nesse sentido observa-se que a contabilidade não se limita aos relatórios contábeis, mas além das demonstrações básicas ela deve “permitir ao usuário a avaliação da situação econômica e financeira da entidade, possibilitando-lhe fazer interferências sobre suas tendências futuras” (IUDÍCIBUS, 2002, p. 22).

3. MÉTODO DE PESQUISAS

O método de pesquisa trata da escolha dos procedimentos que explicam e descrevem os fenômenos (RICHARDSON, 1999), nesse sentido a pesquisa objetiva responder os problemas utilizando-se de procedimentos científicos (GIL, 1994), sendo necessário ligar dados, evidências e informações colhidas e teorias relacionadas ao objeto de estudo (LUDKE e ANDRÉ, 1986).

A pesquisa foi desenvolvida no Córrego dos Cristinos (FIGURA 1) que está situado no município de Luisburgo, em Minas Gerais. A cidade possui uma população de 6.234 habitantes sendo que destes, 1.836 vivem na área urbana e 4.399 residem na área rural (IBGE, 2010).



Figura 1: Córrego dos Cristinos
Fonte: Dados da pesquisa (2016).

No ano de 1.849 surgiram às primeiras plantações de café às margens do Ribeirão de São Luis e atualmente a atividade cafeeira se destaca como propulsora da economia local, considerando que “as culturas de ciclos curtos (arroz, milho e feijão) servem apenas como cultura de subsistência” (CARVALHO, 2014, p. 15).

Visando solucionar o problema em questão, utilizou-se da abordagem qualitativa e quantitativa, em relação aos fins a pesquisa foi descritiva e quanto aos meios tratou-se de um levantamento e um estudo de caso (VERGARA, 2005).

A abordagem qualitativa tem por característica principal “a predominância da descrição [...] tem como preocupação central descrições, compreensões e interpretações dos fatos, ao invés de medições” (MARTINS e THEÓPHILO, 2007, p. 136). Já a abordagem quantitativa “reduz as amostras, sintetizando os dados de forma numérica, tabulando-os” (LAKATOS e MARCONI, 2011, p. 286), fazendo uso de “modelos estatísticos para explicar os dados” (BAUER e GASKELL, 2003, p. 22).

A pesquisa descritiva pode ser aplicada a diversos estudos sendo a coleta de dados padronizada uma de suas características mais significativas (GIL, 2008). Segundo Bertucci (2009, p. 50), as pesquisas descritivas “têm como objetivo principal estabelecer relações entre as variáveis analisadas e levantar hipóteses ou possibilidades para explicar essas relações”. Para Triviños (1987), a pesquisa descritiva pretende descrever os fatos e fenômenos de dada realidade com exatidão.

De acordo com Gil (2008, p. 55), o levantamento caracteriza-se “pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer”, sendo

“operacionalizadas a partir de amostras, que podem ser determinadas de várias maneiras” (BERTUCCI, 2009, p. 55). O estudo de caso é definido por Yin *apud* Gil (2008), como pesquisa que examina um fenômeno atual em seu contexto.

A amostragem adotada foi aleatória simples onde os elementos são selecionados casualmente (GIL, 2008). Nesse sentido o levantamento foi desenvolvido com os produtores de café do Córrego dos Cristinos, em Luisburgo (MG), sendo aplicados questionários. Houve ainda uma entrevista face a face com o Produtor A para verificar a gestão financeira da propriedade Boa Esperança.

De acordo com os registros da Secretaria Municipal de Saúde do município existem no córrego dos Cristinos 198 residências (E-SUS, 2012), e, para calcular a amostra para distribuição do questionário utilizou-se da seguinte fórmula:

$$n = \frac{N \cdot Z^2 \cdot p \cdot (1-p)}{Z^2 \cdot p \cdot (1-p) + e^2 \cdot (n-1)}$$

Onde:

N – população: 98

Z - variável normal padronizada associada ao nível de confiança: 95%

p- verdadeira probabilidade do evento: 98%

e - erro amostral: 5% (SANTOS, 2016).

Obtendo-se assim “n” que é amostra calculada é igual a 27 questionários aplicados.

4. ANÁLISE DOS DADOS

Os questionários foram aplicados a produtores, sendo todos homens casados e a maioria com idade entre 31 a 51 anos. A principal fonte de renda das pessoas que compõem a amostra é advinda das lavouras cafeeiras. Teve-se por base em toda análise a produção referente à safra de 2016.

Quanto ao grau de escolaridade os resultados obtidos apontam que 74% se encontravam com ensino fundamental completo sendo que, dos entrevistados, nenhum possuía graduação ou pós-graduação e 19% possuíam o ensino médio incompleto.

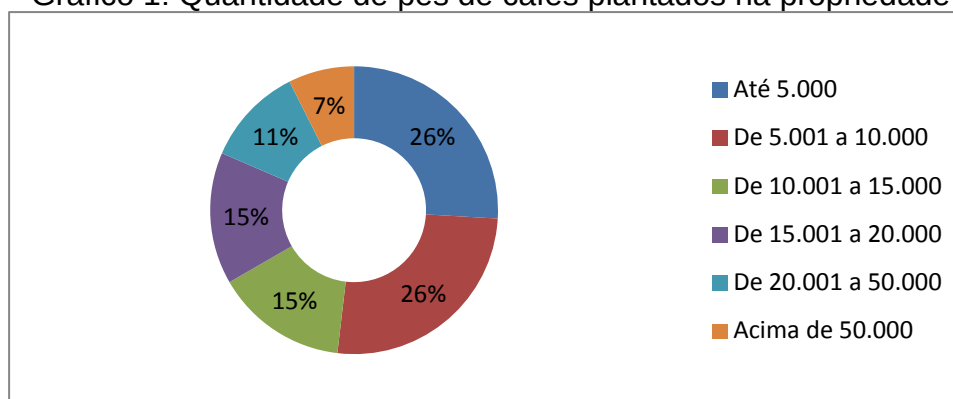
A maioria das propriedades pertence a pequenos produtores, assim a média é de 02 a 08 habitantes em cada, as com menor número de moradores possuem abaixo de 04 pessoas e apenas um cafeicultor relatou possuir acima de 16 moradores em sua propriedade.

Do total de entrevistados, apenas 03, além de serem proprietários ainda são meeiros em outra propriedade. Quando se questionou sobre possuir meeiros, 40% disseram possuir uma média de dois meeiros, apenas um produtor disse ter 14 meeiros e outro disse ter dois trabalhadores com carteira assinada, não ofertando lavouras a meia.

As propriedades em análise possuem áreas de até 250 hectares, sendo que a maioria possui entre 03 a 06 hectares de terra, uma parcela de apenas 11% possui grandes áreas.

Nessas áreas a principal cultura cultivada é o café, que assim como definiram Civiero (2010), Anceles (2002), e Marion (2000), trata-se de culturas que duram mais de um ano sendo possível realizar mais de uma colheita necessitando apenas de tratos entre as safras. O Gráfico 1 mostra a quantidade de pés de cafés plantados nas propriedades:

Gráfico 1: Quantidade de pés de cafés plantados na propriedade



Fonte: Dados da Pesquisa (2016).

Em relação à quantidade de pés de cafés plantados nas propriedades, 52% possuem até 10 mil pés plantados e apenas 7% acima de 50.000 pés sendo que um plantou 100.000 e o outro 150.000 pés de café.

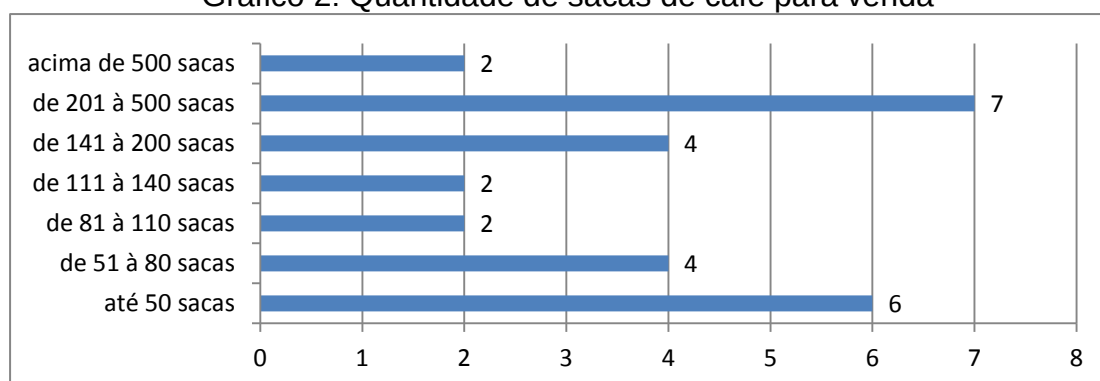
Os produtores foram questionados sobre a utilização de ferramentas da administração rural ou da contabilidade como auxílio nos processos de tomadas de decisão dentro das propriedades e obteve-se o seguinte resultado: 93% dos produtores não utilizam nenhuma ferramenta e não contam com auxílio de um profissional da área, apenas 7% utilizam um caderno onde fazem anotações acerca da produção envolvendo os custos com cada safra, os preços vendidos das sacas, a necessidade de mão de obra e outras que julgam necessárias às suas tomadas de decisão. Esse resultado vem reafirmar o que defende Crepaldi (2005), ao expor que os produtores utilizam pouco a contabilidade. Considerando ainda que, com base na Lei 10.406/02 (CÓDIGO CIVIL, 2002), o produtor rural não possui obrigatoriedade de elaboração da escrituração contábil, estes não se atentam para os benefícios da utilização de ferramentas contábeis para o processo de tomada de decisões nas propriedades, e não as utilizam.

Outro fator observado trata dos impostos pagos pelos produtores, sendo que todos pagam o ITR (Imposto Territorial Rural), um deles paga os tributos inerentes à carteira de trabalho assinada, bem como FUNRURAL (Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural), IR (Imposto de Renda) e outros. Em relação às áreas de preservação permanentes, todas as propriedades cumprem o que regem as leis.

Dos dados que se segue, percebeu-se que Crepaldi (2005), estava certo ao afirmar que faltam dados consistentes e reais por parte dos produtores para alimentar ferramentas contábeis e contradiz em parte Marion (1996, p. 19), ao descrever que “muitas das informações necessárias são registradas apenas na memória de quem administra ou em anotações informais”, pois se observou que a grande maioria não possui anotações informais, tendo sido necessário para concluir essa pesquisa solicitar aos produtores o preenchimento do restante do questionário com base em médias.

Com foco na área financeira, o que se pode notar é que a média é de 12 sacas de cafés beneficiadas a cada mil pés plantados, e para cada saca de café beneficiado são necessários aproximadamente 08 balaio de cafés direto da lavoura. No Gráfico 2 é possível ver a produtividade das lavouras cafeeiras do córrego dos Cristinos.

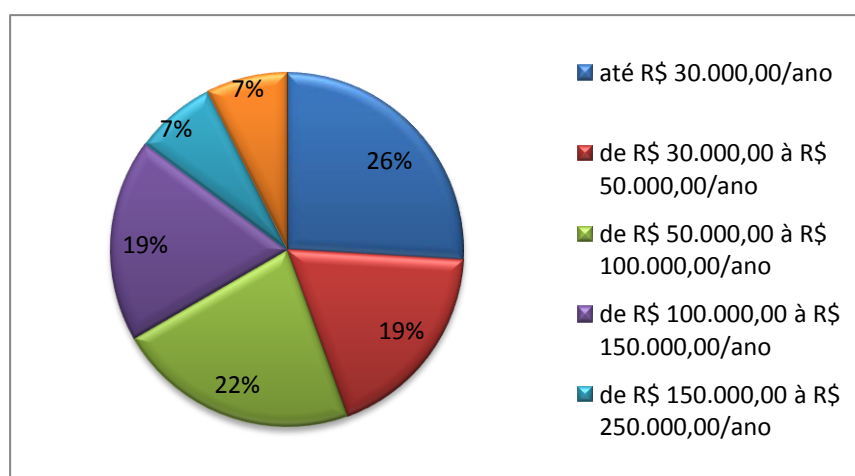
Gráfico 2: Quantidade de sacas de café para venda



Fonte: Dados da Pesquisa (2016).

Percebe-se que apenas dois produtores chegam a uma produção acima de 500 sacas sendo que um produz aproximadamente 1800 sacas/ano e o outro 1200 sacas/ano. A maioria se encontra com a produção em torno de 201 a 500 sacas e em menor escala está outra boa parcela com produção de até 50 sacas/ano. O que produz menos chega a uma média de apenas 24 sacas/ano.

Gráfico 3: Receita obtida com a venda de cafés



Fonte: Dados da Pesquisa (2016).

No ano de 2016 os valores dos cafés, como em todo ano, oscilaram muito e a média, considerando bebida duro e duro riado, esteve em torno de R\$ 450,00. Chegou-se a partir dessa média à receita dos produtores com as vendas de cafés, a saber:

Cerca de 26% dos produtores obtém uma renda de até R\$ 30.000,00 sendo a maior parcela de produtores. Existe uma grande variação na renda dos mesmos onde o produtor com menor receita com vendas de cafés é de R\$ 7.872,00/ano e o de maior é de R\$ 810.000,00/ano (GRÁFICO 3).

Das despesas com a lavoura durante todo ano safra, que de acordo com Marion (2010, p. 4), trata-se do “[...] período em que se planta, colhe e, normalmente, comercializa a safra agrícola”, observou-se que as mesmas se relacionam com roçar, capinar, adubar, pulverizar, plantar, replantar, podar, colher e beneficiar o café para venda como mostra a Tabela 1:

Tabela 01: Valores dos serviços por saca

Serviço	Q/ano	R\$/saca
Capinar	4	R\$ 21,00
Vaporizar	3	R\$ 23,00
Adubar	3	R\$ 64,00
Jogar Calcário	1	R\$ 17,00
Colher café	1	R\$ 120,00
Jogar Veneno	1	R\$ 14,00
Transporte	1	R\$ 13,30
Beneficiar	1	R\$ 8,00
Secar	1	R\$ 48,00
Total		R\$ 328,30

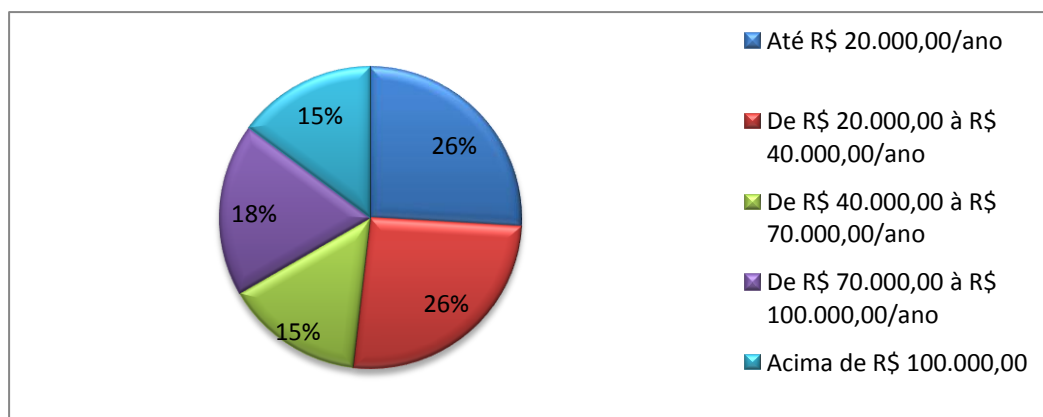
Fonte: Dados da Pesquisa (2016).

Para chegar ao valor por saca considerou-se o preço praticado de R\$ 50,00 a mão de obra, exceto na colheita de 2016 onde se pagou o valor médio de R\$15,00 por balaio. O valor do adubo foi de R\$ 60,00/saco sendo necessários 09 sacos/hectare, o calcário de R\$ 9,00/saco jogou-se 44 sacos por hectare, o produto de vaporizar custou R\$ 160,00/200lts/½hectare e os produtos químicos foram R\$350,00/kit/hectare. Em um hectare, na região em estudo, planta-se aproximadamente 2.200 pés de café com espaçamento de 3,0x1,5m em média. Para realizar todas essas atividades, cerca de 70% contratam trabalhadores temporários, sem vínculos empregatícios e 27% trabalham com mão de obra familiar. Um dos produtores possui 02 empregados com carteira assinada e o restante temporário. Nesse sentido, são apresentadas no Gráfico 4 as despesas com a produção cafeeira no ano de 2016:

As propriedades com menor produção gastaram até R\$ 20.000,00/ano enquanto as que tiveram uma grande produção chegaram a gastar até R\$590.400,00/ano. Teve agricultor que obteve um lucro de R\$ 2.928,00 e, por outro lado, agricultor que obteve um lucro de R\$ 220.000,00 (GRÁFICO 4).

Percebe-se assim que a lucratividade da atividade está relacionada com a quantidade produzida já que, de acordo com Oliveira (2001), a informação é produto de análise dos dados existentes na empresa e por falta de dados precisos as informações foram limitadas e baseadas em médias.

Gráfico 4: Despesas com a produção de café da safra de 2016



Fonte: Dados da Pesquisa (2016).

Como os cálculos foram feitos sobre médias, convém ressaltar que quanto maior a produção, menor é o custo por saca de café, pois o produtor tem poder de barganha já que compra em maiores quantidades. Outro fator importante para quem produz muito é que quanto maior a produção maior também a lucratividade por saca na hora da venda, pois o comprador economiza em transporte e esse valor é repassado ao produtor no valor de compra da saca que tende ser mais elevado comparado a quem produz menos, vindo reafirmar o que relata Crepaldi (2005), ao dizer que produtor está se dedicando a uma ou duas atividades vindo especializar-se com vistas à melhoria do produto que oferta e conseqüentemente alcançando um preço melhor no que produz. Por outro lado, o que produz pouco consegue aumentar a renda apenas na economia com mão de obra de terceiros, ou seja, toda atividade é desenvolvida pela família.

Ao serem questionados sobre a existência de outra fonte de renda, 40% disseram possuir outra fonte, sendo que um deles vende parte do terreno sempre que precisa para se manter, pois a produção não é suficiente. Outro é vendedor e comprador de cafés, dois deles trabalham com a venda de leite para laticínios, um trabalha de pedreiro, dois trabalham com beneficiamento de cafés e os demais realizam trabalhos temporários em outras propriedades. Os demais produtores não possuem outra fonte de renda, mas 100% dos entrevistados economizam realizando plantios ou criações como: verduras, frutas, milho, feijão, mandioca, abóbora, batata doce, amendoim, galinhas botadeiras e frangos para o abate, bem como vacas leiteiras para consumo na propriedade. Existem também aqueles produtores que trocam dias de serviços com os produtores vizinhos, assim acreditam que gera uma economia com mão de obra.

Em relação à rentabilidade os números revelam que as despesas consomem aproximadamente 73% da renda obtida com vendas de café. Já os produtores revelam que dá para manter e até investir um pouco na propriedade, só que não sabem quantificar o lucro advindo da safra deste ano, por exemplo. Isso se dá devido à falta de um controle financeiro adequado, pois os produtores revelaram que se tivessem o hábito de anotar, pelo menos as receitas e despesas, já teriam uma base para afirmar se realmente a atividade é lucrativa. Nesse sentido, chega-se ao que Soares, Moura e Borba (2013, p. 55), afirmaram ao dizer que “se os proprietários rurais utilizassem mais as ferramentas da Contabilidade Rural, poderiam ter melhores resultados.

Por fim, os produtores relataram que a maior dificuldade na produção de cafés se encontra no preço de venda do café que oscila muito. Outro fator a considerar é a dificuldade de obter mão de obra já que quase ninguém quer trabalhar a R\$ 50,00/dia na lavoura e até mesmo na colheita a oferta de mão de obra não atende a demanda. Grande parte dos produtores destacou que uma das dificuldades da atividade está relacionada com os fatores climáticos, pois as estações estão cada vez mais indefinidas e a produção sofre com a falta de chuvas. Os preços pagos pelos produtos e equipamentos também tiveram destaque sendo o preço “salgado” para o bolso do produtor.

4.1. Gestão financeira da propriedade “Boa Esperança”

O sítio Boa Esperança está situado no Córrego dos Cristinos e sua principal fonte de renda advém do cultivo de café. O Produtor A relatou que grande parte dos

trabalhos desenvolvidos nas propriedades é realizada por membros da família, gerando uma economia com mão de obra.

Como base no sítio em análise, percebeu-se que, apesar de ter poucas anotações acerca dos custos e despesas da atividade, o Produtor A consegue crescer no segmento, já que, de um pequeno pedaço de terra herdado, hoje ele possui aproximadamente 13 hectares sendo que nestes ele fez duas moradas, terreiro de café (FIGURA 2), tulha, poços de peixe, secador de café, pastos e o restante está com lavoura de café.



Figura 2: Terreiro e Secador de cafés do Produtor A
Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Na propriedade ele colheu no ano de 2016 aproximadamente 239 sacas de café já que se trata de um ano de safra baixa, foram aproximadamente 159 sacas menos que em 2015.

De acordo com Crepaldi (2009) a receita se dá depois da safra e de fato foi o que se observou no sítio Boa Esperança, onde após a colheita, beneficiamento e venda do café o Produtor A obteve uma receita com as vendas de café de R\$106.792,00.

Na FIGURA 3 estão os gastos com a colheita do café e com mão de obra durante o ano de 2016, não sendo possível estimar o gasto total referente à safra 2015/2016 já que o ano agrícola difere do ano comercial e completando o que Civiero (2010), ressaltou em relação à apuração dos resultados não serem possíveis antes da colheita, nota-se que quando não se faz anotações das informações de despesas durante todo ano safra também impossibilita a obtenção dos resultados.

Bolalios	Preço	Dinheiro	por dia
36	15	432	300
300	15	457,50	140
25	15	375	200
46	13	598	
54	13	702	
44	15	660	
26	20	520	
18	12	216	
29	10	290	
46	12	552	
285	12	2700	
267,5	12	3210	
470	12	5640	
		16252	

Data	Tarefa	Valor (R\$)
08-01	670 R\$	
05-02	400 R\$	
18-02	150 R\$	
04-03	175 R\$	
08-04	950 R\$	
24-04	170 R\$	
28-05	650 R\$	3165
07-10	80 R\$	
28-10	300 R\$	
04-11	175 R\$	
11-11	250 R\$	
	200 R\$	
	3720,00	

Figura 3: Anotações das despesas com mão de obra em 2016 do Produtor A
Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Foram desmembrados os custos variáveis anuais, visando distribuir e detalhar a formação dos gastos antes e depois da colheita, os gastos com mão de obra. Do total dos custos variáveis no valor de R\$ 58.744,70, 52,69% corresponde ao investimento na lavoura e mão de obra, antes da colheita; 47,31% referem-se aos gastos com a colheita e o preparo do café. Abaixo seguem as planilhas, com os respectivos comentários.

Tabela 2: Custos Variáveis – Gastos antes da Colheita

Gastos Antes da colheita	Custo unitário (R\$)	Unidade	Quant./ ha	Área (ha)	Nº vezes ao ano	Valor Total Anual (R\$)
Adubo	60,00	Saca	9	9	3	14.580,00
Foliar/Fert.	160,00	Kit	2	9	3	8.640,00
Calcário	9,00	Saca	44	9	1	3.564,00
Total	-	-	-	-	-	26.784,00

Fonte: Dados de Pesquisa da Propriedade Boa Esperança (2016).

Nota explicativa:

- Os produtos utilizados na lavoura são distribuídos por hectare de terra.
- O adubo é aplicado na lavoura três vezes ao ano e a pulverização com fertilizantes e Foliar é realizada três vezes ao ano. O calcário é jogado 01 vez ao ano.

Tabela 3: Custos Variáveis – Gastos após a Colheita

Gastos Após a colheita	Custo unitário (R\$)	Quantidade	Valor Total Anual (ano)
Beneficiamento café	5,00	1.587	7.935,00
Secagem no Terreiro	2,32	450	1.044,00
Energia Elétrica	1,60	1.137	1.819,20
Total	-	-	10.798,20

Fonte: Dados de Pesquisa da Propriedade Boa Esperança (2016).

Nota explicativa:

- O custo unitário do beneficiamento do café refere-se aos gastos com máquina para limpar o café.
- Na secagem do café estão inclusos os custos com gasolina, lonas, ferramentas manuais de pequeno porte, dentre outros gastos para a secagem em terreiro.
- A energia elétrica e a mão de obra foram calculadas separadamente, não estando inclusas nos custos com beneficiamento e secagem.

Tabela 4: Custos Variáveis – Mão de obra

MOD Variável	Custo unitário (R\$)	Unidade	Quant.	Nº Pessoas	Nº vezes ao ano	Valor Total Anual (R\$)
Capina	50,00	Dia	2	04	1	400,00
Poda	50,00	Dia	4,35	04	1	870,00
Adub/Pulverização	50,00	Dia	4	04	3	2.400,00
Secagem	50,00	Dia	10	01	1	500,00
Colheita	10 a 20	Saca	1.587	09	1	16.992,50
Total	-	-	-	-	-	21.162,50

Fonte: Dados de Pesquisa da Propriedade Boa Esperança (2016)

Nota explicativa:

- Toda a mão de obra variável são trabalhadores eventuais, que prestam serviço casualmente, dependendo da necessidade no processo produtivo. Geralmente são os mesmos trabalhadores.
- Na capina da lavoura, poda, adubação e pulverização da plantação e secagem do café em terreiro, a mão de obra é paga por dia trabalhado, havendo variação na quantidade de dias, conforme o número de trabalhadores.
- Na colheita, a mão de obra é paga geralmente por produção. O trabalhador recebe conforme a quantidade de sacas de café colhida, e esse preço no ano de 2016 tiveram muitas variações dada a produtividade de cada área, tendo sido pago R\$10,00 – R\$ 12,00 – R\$ 13,00 – R\$ 15,00 – R\$ 20,00 e ainda R\$ 640,00 àqueles que receberam por dia.

Tabela 5: Total dos Custos

<i>Total dos Custos Variáveis</i>	<i>Total dos Custos Fixos</i>	<i>Valor Total Anual (R\$)</i>
58.744,70	0,00	58.744,70

Fonte: Dados de Pesquisa da Propriedade Boa Esperança (2016).

Nota explicativa:

- Não houve custos fixos já que a propriedade não possui empregados com carteira assinada.

Com base nos custos variáveis, chega-se ao valor total dos custos anuais ou custo da produção vendida.

É importante ressaltar que o produtor faz análise de solo ou foliar a cada 05 anos, todo o trato da lavoura é realizado com base nos resultados dessa análise e em costumes passados de geração para geração sem considerar assim a verdadeira necessidade do solo ou da planta no respectivo ano/safra.

É possível verificar, com base na pesquisa, que os dados obtidos são insuficientes para o preenchimento do Balanço Patrimonial para avaliar a situação patrimonial da propriedade, como ressalta Marion (2010).

Para apuração da DRE foi desprezado o encerramento do ano fiscal (31/12), pois é viável, gerencialmente, apurar o resultado após o término do exercício laboral, ou seja, deve-se observar o ano agrícola conforme explicou Marion (2010), Camargo *et. al.* (2010), e Civiero (2010).

Tabela 6: Demonstração do Resultado do Exercício 2016

DRE - Demonstração do Resultado do Exercício 2016	
Propriedade Boa Esperança	
Receita Bruta de Venda	106.792,00
Receita Total	106.792,00
Imposto sobre vendas	0,00
(-) ICMS, Pis e Cofins	0,00
Receita Operacional Líquida	106.792,00
Custo de Produtos Vendidos	-58.744,70
Despesa com Amortização	0,00
Adubo	-14.580,00
Foliar e Fertilizantes	-8.640,00
Calcário	- 3.564,00
Secagem do Café	-1.044,00
Beneficiamento do Café Produzido	-7.935,00
Mão de Obra Temporária	-21.162,50
Energia Elétrica	-1.819,20
Lucro Bruto	48.047,30
Despesas Operacionais	0,00
Lair	0,00
IRPJ e Adicional	0,00
Lucro Líquido	48.047,30

Fonte: Dados de Pesquisas da Propriedade Boa Esperança (2016).

Sobre a DRE foram feitas algumas considerações:

- O valor da receita total de vendas refere-se a toda colheita onde obteve-se um total de 239 sacas.
- Os valores de comercialização das sacas de café em 2016 foram de R\$150,00 e R\$ 235,00 para cafés considerados escolha, R\$350,00 e R\$ 360,00 para cafés da cata, R\$450,00, R\$ 460,00 e R\$ 475,00 foi o preço para cafés do tipo duro, por fim R\$ 465,00 para cafés do tipo rio.

Na DRE as despesas são confrontadas com as receitas e assim chegou-se ao resultado do exercício conforme orienta RATKO (2008). E com base nos dados percebe-se que ao analisar apenas a safra 2016 o resultado obtido indica um lucro considerável, no entanto é necessário fazer análise do histórico de safras já que o café não possibilita a mesma produtividade todo ano, sendo um ano de safra alta e outro de safra baixa. Segundo o Produtor A esse ano foi de safra baixa.

Considerando que,

A cafeicultura se caracteriza como atividade de fundamental importância sob o aspecto socioeconômico, em face da significativa

geração de renda e ocupação de grande contingente de mão de obra (LIMA, 2012, p. 31).

É importante que o produtor busque por conhecimentos e aplique as melhores práticas em sua propriedade com vistas à melhoria do desempenho da atividade e à sua manutenção para prosseguir gerando renda e trabalho.

5. CONCLUSÕES

É indiscutível o papel da produção cafeeira na economia brasileira já que a industrialização do país foi financiada pela atividade (WEDEKIN & CASTRO, 1999) e só no ano de 2009 a atividade empregou aproximadamente 03 milhões de pessoas (ABIC, 2009). Na área de estudo, o que mantém a população é a produção cafeeira, são poucas as pessoas que possuem rendas advindas de outras atividades senão a cafeicultura. O comércio local é aquecido na época da colheita do café e a economia local gira em torno dessa atividade.

Por ser um produto que não possui uma política de preços (NUINTIN, 2007), e depender de fatores climáticos bem como da disponibilidade de mão de obra para a realização das atividades que envolvem a produção cafeeira, o produtor está de mãos atadas e a situação se agrava ainda mais quando a isso se une a falta de conhecimento para administrar a propriedade com vistas à obtenção do melhor desempenho.

Administrar uma empresa rural é um risco que pode ser reduzido por meio da correta utilização das informações e, com base nos resultados obtidos percebe-se que os produtores do Córrego dos Cristinos não consideram a gestão das informações como base nos processos de tomada de decisão e andam na contramão do que afirma Alves e Teixeira (2005), quando dizem que é necessário ter informações disponíveis que permitam a disponibilidade de conteúdos contábeis capazes de garantir o sucesso no processo de tomada de decisão.

Com essa ausência de conhecimento e disponibilidade financeira para contratação de mão de obra especializada, o homem do campo se vê impossibilitado de expandir seus negócios e cada vez mais dependente das políticas governamentais que ao mesmo tempo em que impulsiona o crescimento, endivida o produtor e a terra deixa de ser sinônimo de riqueza e status como afirmava Prado (2006).

Nesse sentido conclui-se que é imprescindível a utilização das ferramentas gerenciais para a correta tomada de decisão nas propriedades e, na análise, percebeu através da aplicação das ferramentas contábeis que de fato as informações geradas podem levar o produtor à melhoria do desempenho na atividade. Nesse contexto, o que se tem de aprendizado, com base nos dados obtidos nesse estudo, é que não é possível saber se o empreendimento é rentável ou não se os dados para avaliar a situação são insuficientes.

A falta de informações acerca da gestão financeira das propriedades rurais representou uma limitação para o desenvolvimento desta pesquisa já que, para sua conclusão, utilizou-se de médias com vistas à obtenção das informações necessárias.

A pesquisa foi aplicada apenas no Córrego dos Cristinos podendo ser replicada em outras regiões para possíveis confrontos de informações e agregação de saberes. Podendo ser estendida ainda a outras safras já que foi considerada apenas a safra 2015/2016 impossibilitando uma conclusão ampla sobre a rentabilidade das propriedades cafeeiras.

6. REFERÊNCIAS

ABIC, Associação Brasileira da Indústria de Café. **Indicadores da indústria de café no Brasil**. Disponível em: <<http://www.abic.com.br/estatisticas.html>>. Acesso em: 13 set. 2016.

ALVES, M. T.; Teixeira. A. B. **A Problemática da Valorização e Registro dos Ativos Biológicos e Produtos Agrícolas**. Beja: Portugal, 2005.

ANCELES, Pedro Einstein dos Santos. **Manual de tributos da atividade rural**. São Paulo: Atlas, 2001.

_____. **Manual de tributos da atividade rural**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ARAÚJO, Massilon J. **Fundamentos do agronegócio**. São Paulo: Atlas, 2003.

_____. **Fundamentos de agronegócios**. São Paulo: Editora Atlas. 2007.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa com texto, imagem e som**. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

BERTUCCI, Janete Lara de Oliveira. **Metodologia básica para elaboração de trabalhos de conclusão de cursos (tcc): ênfase na elaboração de tcc de pós-graduação lato sensu**. São Paulo: Atlas, 2009.

BORILLI, P. S.; PHILIPPSSEN, R. B.; RIBEIRO, R. G.; HOFER, E. O Uso da Contabilidade Rural como uma Ferramenta Gerencial: Um estudo de caso dos produtores rurais do município de Toledo-PR. **Revista Ciências Empresariais da UNIPAR**. Paraná, v. 6, n. 1, jan/jun. 2005.

BRITO, E. **Um estudo sobre a subjetividade na mensuração do valor justo na atividade da pecuária bovina**. 2010. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade). Curso de Pós-graduação em Controladoria e Contabilidade da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, 2010.

CALDERELLI, Antonio. **Enciclopédia contábil e comercial brasileira**. 28. ed. São Paulo: CETEC, 2003.

CAMARGO, Maria Emília; MOTTA, Marta Elisete Ventura; MENEGOTTO, Margarete LuisaArbugeri; DAGOSTINI, Simone. **Flamework de contabilização da propriedade rural de Antônio e JurceliDagostini**. IX Convibra Administração – Congresso Virtual Brasileiro de Administração. Caxias do Sul: 2010. Disponível em:

<http://www.convibra.com.br/upload/paper/2012/30/2012_30_5206.pdf>. Acesso em: 07 set. 2016.

CARVALHO, Flávia Siqueira de; PAULO, Edilson; SALES, Isabel Cristina Henriques; IKUNO, Luciana Miyuki. Ativos biológicos: evidencição das empresas participantes do Ibovespa. **Revista Custos e Agronegócio**. V. 9. N. 3 – Jul/Set – 2013. Disponível em: <<http://www.custoseagronegocioonline.com.br/numero3v9/ativos%20biologicos.pdf>> Acesso em: 01 out. 2016.

CARVALHO, Simone Dornelas de. **A mudança da ordem do adjetivo em relação ao nome nos dados rurais de Luisburgo/MG**. Belo Horizonte: UFMG, 2014. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/MGSS-9PMN5A/001.__dissertacao._simone.pdf?sequence=1>. Acesso em: 29 set.. 2016.

CECAFE - CONSELHO DOS EXPORTADORES DE CAFÉ. **Brasil mantém média de 2,8 milhões de sacas de café em fevereiro**. Relatório mensal: Fev. 2016. Disponível em: <http://www.sapc.embrapa.br/arquivos/consorcio/informe_estatistico/CECAFE_-_Relatorio_Mensal_FEVEREIRO_2016.pdf>. Acesso em: 07 set. 2016.

CIVIERO, Gabriele. **Administração tributária nas atividades agropecuárias**. Videira/SC: 2010.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 29: Ativos Biológicos**. 2009.

COSTA, Maristela dos Santos; LIBONATI, Jeronymo José; Rodrigues, Raimundo Nonato. Conhecimentos sobre Particularidades da Contabilidade Rural: Um Estudo Exploratório com Contadores da Região Metropolitana de Recife. Artigo publicado na **revista eletrônica ConTexto**, Porto Alegre, v. 4, n. 7, 2º semestre 2004. Disponível em: < <http://www.ufrgs.br>> Acesso em: 07 set. 2016.

E-SUS, Sistema Único de Saúde Eletrônico. **Ministério da Saúde**. 2012. Disponível em: <esus.saude.ms.gov.br>. Acesso em: 07 set. 2016.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade rural**: uma abordagem decisorial. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

_____. **Contabilidade Rural**: Uma abordagem decisorial. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

_____. **Contabilidade Rural**: Uma Abordagem Decisória. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. **Contabilidade Rural**: Uma Abordagem Decisória. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

FAVERO, Hamilton Luiz; et. al. **Contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas. 1997.

FRANCISCETTI JR., Sílvio Carlos; Zanchet, Aládio. **Perfil Contábil-Administrativo dos Produtores Rurais e a Demanda por Informações Contábeis**. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/csaemrevista/article/view/369/280>> Acesso em: 07 set. 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Introdução à teoria da contabilidade para o nível da graduação**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002. Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 07 Set. 2016.

LIMA, André Luis Ribeiro. **Recursos e desempenho de propriedades cafeeiras do Estado de Minas Gerais**. Lavras: Tese apresentada à Universidade Federal de Lavras, 2012. Disponível em: <http://repositorio.ufla.br/bitstream/1/470/1/TESE_Recursos%20e%20desempenho%20de%20propriedades%20cafeeiras%20do%20Estado%20de%20Minas%20Gerais.pdf>. Acesso em: 25 out. 2016.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARION, José Carlos. **Contabilidade e controladoria em *agribusiness***. São Paulo: Atlas, 1996.

_____. **Contabilidade rural**. 5. ed. São Paulo: Atlas S.A, 1999.

_____. **Contabilidade rural: contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária, imposto de renda pessoa jurídica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. **Contabilidade rural**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Contabilidade Rural: contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária, imposto de renda pessoa jurídica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

_____. **Contabilidade Rural: Contabilidade Agrícola, Contabilidade Pecuária, Imposto de Renda Pessoa Jurídica**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. **Contabilidade Rural:** Contabilidade Agrícola, Contabilidade Pecuária. 13. ed. São Paulo Atlas, 2012.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas.** São Paulo: Atlas, 2007.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. **Café:** saiba mais. Disponível em:<<http://www.agricultura.gov.br/vegetal/culturas/cafe/saiba-mais>>. Acesso em: 23 Ago. 2016.

NEPOMUCENO, F. **Contabilidade rural e seus custos de produção.** São Paulo: Thompson, 2004.

NUINTIN, A. A. **O desenvolvimento de indicadores do desempenho e da qualidade para o processo de produção:** estudo de casos do processo de produção do café. 143 f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Curso de Pós-Graduação em Controladoria e Finanças, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto/SP, 2007.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Sistemas de Informações Gerenciais.** 7. ed. São Paulo, Atlas, 2001.

PRADO, M. E. **Integração Nacional e Identidade Nacional em Manoel Bomfim e Oliveira Vianna.** Acervo: Rio de Janeiro, v. 19, n. 1-2, p. 69-82, jan/dez 2006.

RATKO, Alice Terezinha. **Contribuições da Contabilidade Rural para Propriedade Agrícola de Pequeno Porte.** Campus Pato Branco/PR: Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR, 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (para obtenção do Grau de Bacharel em Ciências Contábeis), Pato Branco/PR 2008.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, Glauber Eduardo de Oliveira. **Cálculo amostral:** calculadora on-line. Disponível em: <<http://www.calculoamostral.vai.la>>. Acesso em: 24 ago. 2016.

SOARES, Abner Aécio; MOURA, Bruno Rafael Ferreira; BORBA, Herlon Firme da Silva. **A gestão da informação contábil em uma propriedade rural.** UNISALESIANO. Lins – SP: 2013. Disponível em: <<https://livrozilla.com/doc/411499/a-gest%C3%A3o-da-informa%C3%A7%C3%A3o-cont%C3%A1bil-em-uma>>. Acesso em: 07 set. 2016.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração.** São Paulo: Atlas, 2005.

WEDEKIN, I., CASTRO. P. R. de. Gestão do agribusiness na perspectiva 21. In: PINAZZA, L. A., ALIMANDRO, R. (Org.) **Reestruturação no *agribusiness* brasileiro**: agronegócios no terceiro milênio. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Agribusiness, 1999.